

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – RAINT 2022



MARÇO/2024

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN 2022

Secretaria de Auditoria
Tiago Dias da Silva

Coordenadoria de Auditoria Interna
Lilian Castelo Campos

Núcleo de Auditoria Institucional
Solange Ramos Plutarco Lima
Antonio Clodoaldo Pinheiro Martins

Núcleo de Auditoria em Atividades, Processos e Políticas
Emmanuel Hermano Bastos
José Elton Rodrigues Arruda
Maria Madalena Soares Fernandes

MARÇO/2024

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Auditoria, atuando como 3ª linha de defesa dos riscos inerentes aos atos e fatos praticados pelo TRE/CE, apresenta, através da COAUD, o RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA (RAINT) 2022, visando, principalmente, sintetizar e comunicar os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna desenvolvidos ao longo do exercício, sejam eles previstos ou não (demandas extraordinárias) no Plano Anual de Auditoria Interna (PAA) 2022.

Para a elaboração do RRAINT observou-se como diretriz a Resolução CNJ n.º 308, de 11 de março de 2020, em especial o art. 5º que ressalta que o objetivo do relatório é “informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna”, discorrendo sobre as auditorias planejadas no PAA – Plano Anual de Auditoria e as executadas, como também os principais resultados das avaliações e os riscos e fragilidades de controle do tribunal.

Este relatório faz referência à atuação da COAUD frente às atividades previstas e demandadas para 2022 e portanto, reveste-se de natureza gerencial. Dessa forma, o presente Relatório abordará nas seções seguintes: a contextualização da Secretaria de Auditoria, destacando objetivos, competências e estrutura; as auditorias na modalidade “avaliação” previstas no PAA e as efetivamente executadas, evidenciando os achados e recomendações emitidos; as consultorias realizadas; e por fim a realização do Levantamento de Vulnerabilidades Institucionais.

2. SECRETARIA DE AUDITORIA

A auditoria interna constitui-se instância interna de apoio à governança do Tribunal, de modo a auxiliar a instituição na proteção e aumento de valor organizacional. Ela tem o papel de fornecer à administração do Tribunal avaliação independente e objetiva sobre atos e operações de gestão de suas unidades, além de prestar serviços de consultoria na sua esfera de atuação. Portanto, a auditoria interna auxilia o Tribunal no alcance dos seus objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

A Resolução TRE/CE n.º 947/2023 instituiu, na estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, a Secretaria de Auditoria (SAU)¹, como a unidade responsável pela supervisão das atividades de avaliação² e de consultoria³ em auditoria interna⁴, “com o objetivo de agregar valor, melhorar as operações e auxiliar o Tribunal a alcançar seus fins institucionais, e pelo estabelecimento de diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de auditoria”.

¹ Resolução TRE/CE n.º 947/2023 (Institui o regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará)

Art. 24 A Secretaria de Auditoria (SAU) é a instância de apoio à governança do Tribunal responsável pela supervisão das atividades de avaliação e de consultoria, em auditoria, com o objetivo de agregar valor, melhorar as operações e auxiliar o Tribunal a alcançar seus fins institucionais, e pelo estabelecimento de diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de auditoria, observados os padrões internacionalmente reconhecidos; e outras atribuições correlatas distribuídas nas seguintes unidades:

I - A Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD) é a unidade responsável por coordenar, acompanhar, orientar e avaliar os trabalhos de auditoria interna, supervisionando a operacionalização dos instrumentos de auditoria e conclusões em auditorias. Dentre suas competências estão o estabelecimento de procedimentos aderentes às normas internacionais para a prática profissional da atividade de auditoria interna e serviços de consultoria destinados a adicionar valor e a aperfeiçoar os processos de governança, gestão de riscos e controle, incluindo orientação, assessoria, facilitação e treinamento, respeitadas a objetividade e a vedação do exercício de atividades de competência da Administração.

a) O Núcleo de Auditoria Institucional (NADI) é a unidade responsável por realizar auditorias relacionadas a atividades ligadas à governança, à integridade, ao compliance e à gestão de riscos, primando pela sintonia com as normas internacionais e com as melhores práticas de auditoria. Dentre suas competências, estão estudos sobre indicadores de desempenho a fim de avaliar os resultados da gestão, segundo os critérios de eficiência, eficácia e economicidade.

b) O Núcleo de Auditoria em Atividades, Processos e Políticas (NAAP) é a unidade administrativa de nível operacional responsável por realizar auditorias em áreas específicas do órgão, visando avaliar a eficiência e efetividade dos processos, controles e sistemas de gestão relacionados a essas atividades. Dentre suas competências, estão a identificação de riscos e vulnerabilidades em atividades, processos e políticas específicas, a proposição de recomendações para melhoria dos processos, controles e sistemas de gestão, o acompanhamento da implementação das recomendações propostas, a avaliação do cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pelo órgão para essas atividades.

² Resolução TRE/CE n.º 865/2021, Art. 3º Para os fins deste normativo considera-se: (...)

II - Avaliação (assurance): exame objetivo da evidência obtida pelo auditor interno com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operações, funções, projetos, sistemas, controles internos administrativos e processos, inclusive os de governança e de gerenciamentos de riscos.

³ Resolução TRE/CE n.º 865/2021, Art. 3º Para os fins deste normativo considera-se: (...)

III - Consultoria (advisory): atividade de aconselhamento, assessoria, treinamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, com vistas a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos **sem que o auditor interno pratique nenhuma atividade que se configure como ato de gestão;** (negritei)

⁴ Resolução TRE/CE n.º 865/2021, Art. 3º Para os fins deste normativo considera-se:

I - Auditoria interna: atividade independente e objetiva que consiste na prestação de serviços de avaliação (assurance) e de consultoria (advisory), que tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria deve auxiliar a organização no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

A referida Secretaria conta com a Coordenadoria de Auditoria Interna, “unidade responsável por coordenar, acompanhar, orientar e avaliar os trabalhos de auditoria interna, supervisionando a operacionalização dos instrumentos de auditoria e conclusões em auditorias”, à qual se encontram subordinados o Núcleo de Auditoria Institucional, “responsável por realizar auditorias relacionadas a atividades ligadas à governança, à integridade, ao compliance e à gestão de riscos”, e o Núcleo de Auditoria em Atividades, Processos e Políticas, ao qual compete “realizar auditorias em áreas específicas do órgão, visando avaliar a eficiência e efetividade dos processos, controles e sistemas de gestão relacionados a essas atividades”.

3. AUDITORIAS INTERNAS

3.1 PREVISTAS

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAA) para exercício de 2022, em conformidade com o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) do TSE, período de 2022-2025, devidamente aprovado nos termos da Portaria TSE n.º 761, de 23/11/2021 e com a Ação Coordenada de Auditoria programada para o exercício de 2022, deliberada pelo CNJ em 09 de novembro de 2021, previu a realização de quatro auditorias:

- Plataforma Digital do Poder Judiciário (Coordenada CNJ);
- Gestão de Segurança da Informação (Integrada TSE);
- Gestão na Folha de Pagamento, com foco nos controles; e
- Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas (TCU).

3.2 REALIZADAS

Neste exercício, em decorrência da reestruturação desta Secretaria ocorrida por meio da Resolução TRE/CE n° 896 de 29 de julho de 2022, onde a Secretaria que até então acumulava funções de Controle Interno e Auditoria (Secretaria de Controle Interno e Auditoria - SCI), se tornou Secretaria de Auditoria – SAU, não foi possível realizar todas as auditorias programadas.

Dessa forma, destaca-se a realização das auditorias na Gestão de Segurança da Informação (Ação integrada – TSE) e a Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas (TCU),



TRE-CE

Secretaria de Auditoria

Coordenadoria de Auditoria Interna

decorrentes do PAA 2022, assim como também a realização de Inspeção Carta de Serviços ao Cidadão não prevista no Plano. Ressalta-se porém que a Auditoria Coordenada na Plataforma Digital do Poder Judiciário, foi realizada em 2023, e portanto será objeto do RAINT do referido exercício.

Quadro 01 – Auditorias realizadas no exercício de 2022.

Matéria Auditada	Origem da Auditoria	Unidade Auditada	Nº de Achados	Nº de Recomendações
Gestão de Segurança da Informação	PAA 2022/ Ação Integrada TSE	STI	05	03
Contas Anuais 2022	PAA 2022/ IN TCU nº 84/2020	SOF	-	-
Carta de serviços ao cidadão	Demanda extraordinária	DIGER	02	06

Fonte: COAUD (2022).

Em decorrência dos trabalhos de auditoria realizados em 2022 foram emitidas o total de 09 recomendações decorrentes de 07 achados de auditoria, para as unidades auditadas Diretoria-Geral (DIGER) e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), conforme observa-se no Quadro 01.

3.2.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Segue abaixo o resultado das avaliações realizadas no exercício de 2022, evidenciando seus objetivos, principais conclusões e recomendações de melhoria emitidas.

Matéria Auditada
Gestão de Segurança da Informação
Conclusões
Como resultado da comparação entre a situação encontrada e os critérios estabelecidos foram identificados 5 (cinco) achados de auditoria. Ao tempo em que observou-se estes achados, verificou-se também boas práticas de gestão ainda sendo implementadas pela STI, em especial o conceito de controles internos. Além disso, faz-se necessário que haja adequação das normas internas sobre política de gestão de provedores de serviço, por exemplo, com as mudanças nos normativos sobre a matéria, em especial a Resolução CNJ 468, de julho de 2022. Ressalta-se ainda a importância de estabelecer, formalizar e revisar políticas, diretrizes e procedimentos aplicáveis à gestão de segurança da informação.
Recomendações
À Secretaria de Tecnologia da Informação: <ul style="list-style-type: none">realizar o planejamento de contratação de serviços de educação continuada especializada na área para as equipes técnicas, através de programa específico a ser desenvolvido em parceria por SGP e STI;



TRE-CE

Secretaria de Auditoria

Coordenadoria de Auditoria Interna

- controlar, periodicamente, o acesso aos sistemas, nos moldes do Pad 2855/2022, para verificar os acessos de servidores desligados da justiça eleitoral, inclusive ESTAGIÁRIOS, TERCEIRIZADOS, JUÍZES e demais colaboradores que utilizam os sistemas;
- iniciar a implantação dos controles internos nas respectivas áreas gestoras para se resguardar dos riscos apontados neste trabalho e aferir os resultados esperados da sua gestão, incluindo os processos de trabalho de Gestão de Provedores de Serviço, Gestão de Contas e da Gestão do Controle de Acesso e a atualização de normas disciplinadoras das atividades inerentes à gestão de segurança da informação de TI (com base na Resolução CNJ 468/2022), bem como a criação da política específica para gestão de provedores de serviço.

Matéria Auditada
Contas Anuais 2021
Conclusões
<p>Em 2022 foram realizadas atividades inerentes à Auditoria nas Contas de 2021, tais como, revisão da materialidade, execução complementar dos testes de auditoria, análise das respostas dos gestores ante o relatório preliminar de auditoria, elaboração do relatório final de auditoria e emissão do certificado de auditoria.</p> <p>A auditoria não detectou distorções relevantes ao ponto de gerar modificação de opinião em relação às demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE).</p> <p>As conclusões atingidas levaram à opinião de que as demonstrações contábeis apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do órgão em 31 de dezembro de 2021 e à opinião de que as transações subjacentes às demonstrações contábeis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.</p>

Matéria Auditada
Carta de serviços ao cidadão
Conclusões
<p>A fim de conhecer o objeto de auditoria, analisou-se o número de acessos mensais no período de 01/01/2021 à 14/09/2022 e os resultados da pesquisa de avaliação da Carta de Serviços, realizadas com os cidadãos.</p> <p>Como resultado da comparação entre a situação encontrada e os critérios estabelecidos foram identificados 2 (achados) achados de auditoria, resultando em 6 (seis) recomendações.</p>
Recomendações
<p>À Diretoria-Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">• avaliar a necessidade de designação de unidade administrativa do Tribunal para a função de coordenação da gestão da Carta de Serviços, ou de adoção de controle de gestão equivalente, que fique responsável pelo gerenciamento da Carta de Serviços, de modo a assegurar sua atualização e funcionalidade;



TRE-CE

Secretaria de Auditoria

Coordenadoria de Auditoria Interna

Às unidades responsáveis pela edição e pela publicação de conteúdos da Carta de Serviços, definidas no anexo da Resolução TRE-CE nº 637/2016:

- adotar controle periódico de verificação da funcionalidade dos hiperlinks e endereços eletrônicos publicados na Carta de Serviços, conforme matriz de responsabilidades definida no Anexo da Resolução TRE-CE nº 637/2016;
- revisar a adequação das descrições dos serviços eleitorais indicados da Carta de Serviços quanto à conformidade das informações prestadas, conforme matriz de responsabilidades definida no Anexo da Resolução TRE-CE nº 637/2016.

À Seção de Administração de Intranet e Internet (SEWEB):

- atualizar o *Guia rápido: Carta de Serviços ao Cidadão (WEB)*, acrescentando os procedimentos de controle de verificação da funcionalidade dos hiperlinks e endereços eletrônicos publicados na Carta de Serviços, que venham a ser adotados no gerenciamento da Carta de Serviços.

À Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG), ou à unidade que venha a ser designada para a função de coordenação da gestão da Carta de Serviços:

- avaliar a pertinência de incluir na Carta de Serviços formulário eletrônico de avaliação de atendimento ao cliente externo, referente aos relatórios anuais publicados na área “Resultados da Pesquisa de Satisfação”, o qual é regulamentado pelo Provimento CRE nº 3/2014, que trata sobre a aplicação da pesquisa de satisfação do usuário da Justiça Eleitoral, e que utiliza o sistema informatizado para coleta dos dados da pesquisa de satisfação (sistema disponível em http://webtemp.tre-ce.gov.br/servicos/pesquisa_satisfacao_V2/);
- avaliar o tratamento dos dados obtidos da Consulta Oracle para monitoramento dos resultados da pesquisa de opinião da Carta de Serviços, descritos no item 3.6, especialmente quanto às melhorias que estão sendo implementadas, haja vista o elevado índice de respostas insatisfatórias nos três quesitos avaliados na pesquisa de avaliação da Carta de Serviços.

4. CONSULTORIAS REALIZADAS

Em 2022, realizou-se ainda Consultoria do Tipo Orientação em Gestão de Riscos nas unidades do TRE/CE: ASDIR –Assessoria da Diretoria Geral e ASCIR – Assessoria de Compliance, integridade e Riscos.

Tomando como base o Manual de Gestão de Riscos do TCU, 2ª edição (2020) a COAUD elaborou um guia com diretrizes para o preenchimento da matriz de Levantamento das Vulnerabilidades Institucionais, além de realizar reuniões orientativas para a execução do levantamento pelas áreas.

A partir da orientação realizada, as unidades identificaram para cada processo de trabalho, o objetivo estratégico a ele vinculado, o evento de risco, a avaliação deste risco quanto à



TRE-CE

Secretaria de Auditoria

Coordenadoria de Auditoria Interna

probabilidade e impacto, o controle adotado, bem como as unidades responsáveis por este controle.

Ressalta-se que, o Levantamento de Vulnerabilidades Institucionais, produto resultante da Consultoria realizada, além de contribuir para a identificação dos riscos que podem afetar os objetivos e resultados do Tribunal, também foi utilizado como insumo para a elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), para o período 2023-2026, e do Plano Anual de Auditoria (PAA), para o exercício 2023.

5. DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Conforme estabelecido pelas Resoluções CNJ n. 308/2020 (art. 5º, II) e n. 309/2020 (art. 18), declaramos que não houve registro de restrições ou limitações no acesso a documentos, informações e/ou sistemas utilizados pelas unidades clientes de auditoria, em todo e qualquer meio, suporte ou formato disponível, inclusive em bancos de dados, durante a realização dos exames de auditoria, no exercício 2022.

6. PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE

Em 2022, não foram identificadas nas atividades desenvolvidas na SAU, no âmbito das avaliações e consultoria, fragilidades que denotassem a existência de fraudes, ações ilícitas, desonestas ou que colocassem em risco a consecução dos objetivos estratégicos institucionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2022, mesmo tendo sido um ano de reestruturação, onde a Secretaria de Auditoria ainda possuía, até meados daquele exercício, atribuições de Controle Interno, a COAUD realizou trabalhos de auditoria do tipo Avaliação e Consultoria.

Em relação à Avaliação, executou-se 3 auditorias (Gestão de Segurança da Informação, Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas (TCU) e Inspeção Carta de Serviços ao Cidadão), resultando em 09 recomendações e 07 achados.

Da mesma forma, Consultoria do Tipo Orientação em Gestão de Riscos nas unidades do TRE/CE: ASDIR –Assessoria da Diretoria Geral e ASCIR – Assessoria de Compliance, integridade e Riscos, tendo como produto o Levantamento de Vulnerabilidades Institucionais, utilizado ainda como insumo para a elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), para o período 2023-2026, e do Plano Anual de Auditoria (PAA), para o exercício 2023.

Diante do exposto, conclui-se que a auditoria interna desenvolvida pela SAU, por meio da COAUD, cumpriu com as suas competências regimentais e os seus objetivos institucionais no exercício, ao propor melhorias nos controles internos, contribuindo de forma independente, objetiva e coerente com o fortalecimento da governança do TRE/CE, caminhando assim na direção de cumprir com os seus objetivos estratégicos.